



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2021/2024, realizada no dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e três, sob a condução do Sr. ver. Leandro Máximo Caixeta, presidente da Câmara Municipal de Patrocínio, que declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às nove horas e três minutos. Foi executado o hino de Patrocínio. A leitura bíblica foi feita pelo vereador Prof. Odirlei José de Magalhães. Estavam presentes, na chamada inicial, os (as) Srs. (as) vereadores (as): Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Leandro Máximo Caixeta - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza - Thiago Oliveira Malagoli. A ata da 28ª reunião ordinária de 2023 foi aprovada por unanimidade e sem alterações. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz, líder do Governo Municipal na Câmara, solicitou a inversão da pauta, a fim de que a secretária municipal de Cultura e Turismo, Sra. Eliane Ferreira Nunes, faça uso do Grande Expediente já no início da reunião. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) fez uso da palavra e solicitou que a fala da secretária de Cultura e Turismo fosse adiada para a reunião seguinte, uma vez que a sua convocação foi aprovada na reunião passada, e não houve tempo hábil para que elaborasse todos os questionamentos pertinentes. Pede desculpas aos servidores da pasta da Cultura que estão presentes, mas ressaltou a necessidade do adiamento, uma vez que ainda está chegando novas informações ao seu gabinete sobre questões envolvendo a Lei Paulo Gustavo. Menciona que recebeu reclamações de pessoas que estão aguardando atendimento no Conservatório Municipal, mas não há servidores presentes no local neste momento para recepcioná-los. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz disse que as colocações do vereador Paulo Roberto (Paxita) são justas, mas que em outros momentos houve inversão de pauta para uso do Grande Expediente durante as sessões desta Casa. O presidente Leandro Máximo Caixeta disse que colocará a solicitação do vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) em votação. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) questionou quando foi feito e protocolado o ofício de convocação à secretária Eliane Ferreira Nunes. O presidente Leandro Máximo Caixeta informou que foi na quinta-feira, dia 14 de setembro de 2023. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) disse que recebeu

outra informação, e ressaltou não saber quem comanda esta Casa. Que nunca houve uma convocação tão rápida na Câmara. Que houve rumores de que alguém exigiu que a secretária falasse nesta semana. Que havia previsão de que a secretária fizesse uso do espaço na semana seguinte. Solicitou que, caso haja a inversão na pauta, que o presidente suspenda a reunião por 10 minutos para que possa terminar de elaborar seus questionamentos. **A solicitação do vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz, para que haja a inversão de pauta e o consequente uso do Grande Expediente pela secretária de Cultura e Turismo no início da reunião** foi votada e aprovada, com 11 (onze) votos favoráveis e 01 (um) contrário. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Roberto Margari de Souza - Thiago Oliveira Malagoli. Votou contrariamente o vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita). Ausentes do Plenário os vereadores Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila). O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) informou que recebeu em mãos documento que demonstra que a convocação da secretária Eliane foi recebida na secretaria de Cultura e Turismo na sexta-feira, dia 15 de setembro. Que não foi a própria secretária que recebeu sua convocação. Que quem recebeu foi a servidora Jânia. Que isso é uma vergonha. A **solicitação do vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita), para que a reunião fosse suspensa por 10 minutos** foi votada e aprovada por unanimidade, com 13 (treze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Roberto Margari de Souza - Thiago Oliveira Malagoli. Ausente do Plenário o vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila). Após esse período houve, o presidente Leandro Máximo Caixeta retomou os trabalhos. **GRANDE EXPEDIENTE.** A **secretária municipal de Cultura e Turismo, Eliane Ferreira Nunes**, fez uso do espaço e disse que é uma honra utilizar da palavra. Que nunca se viu, na cidade, tanto investimento e valorização na cultura local. Que o Conservatório, ao contrário do que disse o vereador Paulo Roberto (Paxita), está funcionando normalmente nesta manhã. Que

Prof.
Adriana Paula de Fátima Magalhães

Adriana Paula de Fátima Magalhães

Paulo Roberto dos Santos (Paxita)

Paulo Roberto dos Santos (Paxita)

Paulo Roberto dos Santos (Paxita)

Paulo Roberto dos Santos (Paxita)

Odirlei José de Magalhães

Paulo Roberto dos Santos (Paxita)



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

nenhum setor foi fechado para que servidores pudessem participar desta reunião. Que quem recebe todos os documentos enviados à sua secretaria é a recepcionista, e que não sabe se no gabinete do vereador Paulo Roberto (Panxita) ele está sempre presente para receber os documentos enviados a ele. Que, de prontidão atendeu a convocação desta Casa. Que mesmo que fosse convidada, faria questão de vir à Câmara prestar esclarecimentos. Que sempre prestou esclarecimentos feitos à sua pasta, sobre a Lei Paulo Gustavo, no máximo até o dia seguinte. Solicitou que o vereador Paulo Roberto (Panxita), que fez a solicitação por sua convocação, pudesse fazer seus questionamentos. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita), ao iniciar seu pronunciamento, foi vaiado por parte dos presentes. Disse que a maioria deles foi contratado pelo Governo Municipal. Informou que sabe dos prejuízos que um dos presentes já lhe deu. Que esta pessoa veio tumultuar a reunião e que seu passado não é limpo. Que o presidente deveria chamar a polícia para estar presente. Que teve gente que veio para a reunião mal intencionado, e que uma dessas pessoas é este cidadão. Que, caso a polícia militar não seja convocada, irá finalizar sua fala, uma vez que não se sente à vontade para falar. O presidente Leandro Máximo Caixeta alertou que o público não pode se manifestar, e que, caso isso continue acontecendo, irá suspender a reunião. Disse que o vice-presidente irá convocar a Polícia Militar, conforme previsto no Regimento Interno. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) alegou que o seu assessor recebe ofícios em seu gabinete, mas que, convocação, ele próprio tem de receber. Que a secretária Eliane chegou à Câmara mal intencionada e instruída por uma pessoa do mal. O vereador Thiago Oliveira Malagoli disse que leu algumas notícias em um site que questiona a lisura do processo de distribuição de verbas decorrentes da Lei Paulo Gustavo. Pediu que a secretária Eliane preste esclarecimentos sobre essas informações veiculadas na imprensa. A secretária municipal de Cultura e Turismo, Eliane Ferreira Nunes, disse que agentes da Cultura local foram escolhidos a fim de integrar um Conselho, reativando este importante órgão. Que o Conselho escolheu as pessoas responsáveis por cada segmento cultural e que ficariam responsáveis por mobilizar toda a população para propor projetos. Que a população foi ouvida a partir disso. Quer todas as áreas culturais receberam investimentos a partir da Lei Paulo Gustavo. Que os valores recebidos, entretanto, não foram suficientes para suprir toda a demanda de projetos protocolados. Que, por isso, foi feita uma seleção de projetos. Que deixou de contratar pessoas de fora para realizar as avaliações, porque isso seria feito com recursos da própria Lei Paulo

Gustavo. Que a maior parte da verba veio carimbada para o setor audiovisual. Apresentou os membros do Conselho mencionado. Que este grupo prestou informações à população que gostaria de propor projetos. Que tudo isso foi feito de forma séria e com responsabilidade. O vereador Thiago Oliveira Malagoli mencionou que está ocorrendo um debate acalorado no Plenário, solicitando que os seguranças da Casa tomem providências. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz perguntou se os autores de projetos que não foram contemplados procuraram a Secretaria de Cultura e Turismo para questionar o porquê disso, e se o retorno dado foi feito via ofício ou de forma oral. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz mencionou que o Conselho de Cultura estava ativo e era atuante na gestão municipal anterior a do atual prefeito Deiró Marra. Que a recente distribuição de recursos pela Lei Paulo Gustavo contemplou a diversidade. Que muito foi questionado sobre o fato de mais de um membro de uma mesma família ter sido contemplado com as verbas. Que, durante muito tempo, os membros dessa família eram os únicos representantes da Cultura na cidade. Que faziam isso sem receber qualquer tipo de incentivo. Que deve reconhecer isso, independentemente do grupo político do qual faz parte. Que recebeu mensagens de cunho assustador, tamanha a hipocrisia de certas pessoas. Que parece que a Lei Paulo Gustavo cita que servidor público não pode ser contemplado com seus recursos. Que acha injusto, uma vez que servidor público pode ser artista, mas que, se isso foi feito em contrariedade com a lei, precisa ser analisado. Sugeriu que fosse feito um parecer técnico justificando a nota de cada projeto, a fim de esclarecer a quem não foi contemplado o porquê deste fato. Pontuou que os critérios precisam ser claros. Que o processo exige transparência. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, pediu que a diretora técnica pudesse prestar maiores esclarecimentos sobre os critérios utilizados na seleção das propostas vencedoras. A sra. Helena Nunes então fez uso da palavra e destacou que é servidora de carreira da prefeitura de Patrocínio. Respondendo ao questionamento do vereador Prof. Natanael, disse que houve duas manifestações por escrito, respondendo aos recursos interpostos por pessoas que não tiveram seus projetos contemplados. Quanto às colocações do vereador Prof. Alexandre, informou que concorda que deveria ter sido apresentado parecer técnico a todos que os que não tiveram seus projetos contemplados com recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo. Que, porém, tiveram de trabalhar em tempo recorde, pois não queriam que o prazo que trabalharam com essa lei coincidissem com o período relativo à Lei Aldir Blanc. Que fizeram isso para que todos



Adriana de Paula

Prof. Natanael Oliveira Diniz



Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

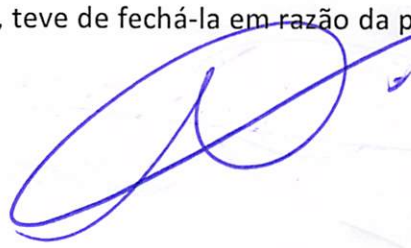
ESTADO DE MINAS GERAIS

tivesse oportunidade de concorrer aos recursos das duas leis. Que qualquer pessoa que solicitar um parecer técnico por escrito, terá seu pedido acatado. Que todos os projetos foram aprovados, embora nem todos possam ter sido contemplados. Que o Comitê, na avaliação dos projetos, seguiu as instruções e os critérios previstos na Lei Paulo Gustavo. Que a porcentagem referente à acessibilidade também foi observada. Que aspectos quanto a ações afirmativas também foram analisados. Que, no geral, os projetos eram excelentes. Que a lei não veda a participação de funcionários públicos. Que não poderiam, entretanto, participar, os servidores envolvidos nos processos e seus parentes até o terceiro grau. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, mencionou que, quanto a isso, um site vinculou a informação de que um parente seu foi contemplado com os recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo. Que fizeram isso devido ao sobrenome "Nunes" de uma pessoa contemplada. Que, todavia, essa pessoa não é sua parente até terceiro grau. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz questionou como o Comitê avaliou a porcentagem financeira concedida a cada projeto selecionado e como os valores foram distribuídos. A sra. Helena Nunes disse que o Município recebeu 797 mil reais advindos da Lei Paulo Gustavo. Que os valores vieram pré-estabelecidos para cada área. Que 422 mil reais vieram para o setor audiovisual. Que, desses valores, 96 mil reais foram para a reforma do teatro e do cinema. Que este valor ainda não foi utilizado, e aguarda a realização de processo licitatório. Que dois projetos foram aprovados referentes ao audiovisual, além da consultoria. Que outro edital foi divulgado, no valor de 229 mil reais, relacionados a outros setores culturais diferentes do audiovisual. Que foram destinados em iniciativas culturais a serem realizadas, a fim de fomentar o setor. Que não houve um valor pré-estabelecido para cada projeto. Que os proponentes inseriram os seus próprios valores. Que alguns projetos tinham valores viáveis dentro do que foi proposto, enquanto outros precisavam ter seus valores reajustados. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz perguntou se os valores já foram entregues às pessoas que tiveram projetos contemplados. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, disse que até o final do dia todos estarão com o dinheiro em conta. Que os primeiros projetos que receberam os recursos foram aqueles que iriam ser iniciados já em setembro. Que todos que receberam os recursos deveram realizar os projetos até março e prestarem contas até abril e maio de 2024. Que em junho a secretaria fará a prestação de contas ao Ministério da Cultura. Que quem não foi contemplado agora, poderá o ser por meio do edital de Lei Paulo Gustavo de Minas Gerais. O vereador Paulo

Roberto dos Santos (Panxita) disse que algumas pessoas vieram para tumultuar a reunião a mando de uma pessoa que não é de Deus. Que nunca falou mal da secretária Eliane Nunes e nem da Lei Paulo Gustavo, mas que queria esclarecimentos a pedido de munícipes. Que é a favor do fomento cultural. Que fala o que tem de falar na frente de qualquer pessoa. Que não é como um "cabloco" covarde que vem na Câmara e se esconde. Que ele não é homem de se levantar e falar o que pensa e fala pelas costas. Que esse cidadão acha que manda na Câmara. Que chega aqui e vai receber a polícia militar como se fosse o presidente do Legislativo municipal. Que isso é vergonhoso. Que isso dá náuseas. O vereador Thiago Oliveira Malagoli solicitou que o presidente intervisse pela segurança do local. O presidente Leandro Máximo Caixeta informou que as agressões ocorridas foram verbais e já foram resolvidas. Que essas intervenções são de responsabilidade do vice-presidente. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) questionou à secretária Eliane Nunes se a escola de música Tom Maior foi contemplada pela Lei Aldir Blanc em 2020. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, confirmou. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) informou essa escola foi contemplada, em 06 de novembro de 2020, embora seu CNPJ tenha sido baixado em 08 de outubro de 2020. Que morre esse assunto aqui. Que 04 membros de uma mesma família foram contemplados legalmente pela Lei Paulo Gustavo. Que, entretanto, a população vê isso como imoral. Que, assim que falaram sobre o assunto na Câmara, o Município publicou um decreto tirando toda a responsabilidade da prefeitura. Que o sr. Carlos Caetano teve o projeto selecionado, mas não sabe se reside em Patrocínio. Que o portal da transparência da Secretaria Municipal de Cultura não tem nada. Que não consegue saber quantos servidores têm no local. Que não sabe se o servidor Cássio é locado na Cultura ou na Imprensa do Executivo. Que essas dúvidas foram apresentadas a ele pelo povo. Que um cidadão veio à Casa tumultua a reunião. Que esta reunião poderia ter sido tranquila. Que uma pessoa construiu a discórdia. Pede para que fosse apresentado, no telão da Câmara, parte de uma entrevista concedida pela secretária Eliane Nunes para a Rede Hoje, o que foi feito. Disse que, nessa entrevista, a secretária mencionou que os questionamentos feitos ao processo de liberação de recursos pela Lei Paulo Gustavo têm cunho político. Que isso não procede. Que a entrevista dá a impressão que ela utiliza dos contemplados para se beneficiar de alguma coisa. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, informou que cada lei tem um processo específico. Que era sócia-proprietária da escola Tom Maior. Que, infelizmente, teve de fechá-la em razão da pandemia. Que houve

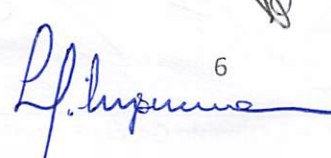


Roberto dos Santos



Prof.   







CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

contraprestação por parte da escola quanto ao recurso recebido. Que o recurso veio para aliviar as dívidas da escola. Que, na época, estava afastada porque pleiteava as eleições. Que toda a documentação sobre esse processo está arquivada na secretaria e pode ser apresentada em outro momento. Que sente tristeza em ouvir que é imoral a família Arvelos, que é composta por artistas, receber os recursos da Lei Paulo Gustavo. Que essa família vive da arte. Que os seus membros atuam em diversos setores culturais. Que Carlos Caetano está brilhando em Belo Horizonte. Que ele "pega" recurso da lei estadual e aplica em Patrocínio. Que ano passado ele fez um festival de teatro contemplando todos os grupos. Que esse Carlos Caetano está em Belo Horizonte, mas reside em Patrocínio. Que traz para a cidade toda a sua bagagem de conhecimento para realizar projetos no Município. Que ele ainda capacita artistas locais. Que o decreto do prefeito mencionado pelo vereador Paulo (Panxita) lhe concedeu amplos poderes, e se sentiu orgulhosa por tamanha confiança. Que o prefeito entendeu que quem entende da lei é ela e sua equipe. Que vai averiguar os dados do portal da transparência da Cultura municipal. Que o que não é de Deus e o que lhe dá náuseas são pessoas oportunistas, que não tem conhecimento sobre o meio cultural e lançam notícias em sites. Que lamenta esta Casa dar credibilidade a esse tipo de fofoca e colocar um trabalho sério realizado pela pasta da Cultura em descrédito. Que sente que essas fofocas foram feitas para lhe atingir politicamente. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) pontuou que não sabe se o recebimento de valores pela empresa Tom Maior, após o seu fechamento, é legal. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, que o recebimento do recurso é legal e foi feito para socorrer a instituição, caso contrário a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo não teria o autorizado. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que a omissão do sobrenome "Nunes" de uma das contempladas pela Lei Paulo Gustavo causa uma má impressão. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, explicou que quem insere o nome é o próprio proponente, não a secretaria. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz questionou se Patrocínio tem uma sala de cinema pública e onde ela funciona. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, explicou que o recurso mencionado pela Helena Nunes quanto a sala de cinema e teatro será investido em uma sala do Equipamento CEU das Artes, a fim de ampliá-la. Que há aparato legal para isso. O vereador Thiago Oliveira Malagoli disse que não convoca ninguém sem fundamento. Que as denúncias feitas por um site sobre a destinação de verba da Lei Paulo Gustavo, perante o orçamento de 800 milhões

de reais da prefeitura é, na verdade, "cortina de fumaça". Que acredita que no prazo em que estão discutindo esse assunto, 750 mil reais já foram roubados de algum lugar. Que a Cultura nunca tinha recebido tanto dinheiro, e que isso é o mínimo que o setor deveria ter de investimento. Que a Câmara Municipal, como bem disse a secretária Eliane Nunes, não deveria cair em "conversa". Que as pessoas estão caindo muito em "conversa fiada". Que, recentemente, utilizaram até o nome do seu pai em um boato. Que pessoas caíram em notícias de um site que não quer falar mal do Governo, porque se quisessem, ele mostraria o que tem de ser divulgado. Que fizeram teatro expondo famílias. Que não pega carona em boatos, e têm convicções fundamentadas de assuntos realmente relevantes. Que recebeu um áudio do superintendente do DAEP, e o informou que, se não quer receber críticas, deveria sair do serviço público. Que é lamentável a Câmara ter "pegado carona em uma conversinha fiada sem documento". Que o Regimento Interno deveria ser alterado, para que só possam convocar pessoas para utilizarem o Grande Expediente com base em documentos. O presidente Leandro Máximo Caixeta disse que concorda que o uso do Grande Expediente deve ter de fato embasamento e que a proposta de alteração será discutida. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que ninguém acusou a secretária Eliane Nunes de nada, e que o objetivo é que esclarecimentos fossem prestados à população. O vereador Odirlei José de Magalhães indagou porque não optaram por desmembrar a Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc, de modo a não permitir que os contemplados com a Lei Paulo Gustavo fossem contemplados também pela Lei Aldir Blanc. Questionou ainda se não seria melhor o Comitê cuidar do regramento de pontuação e estruturação do que do julgamento das propostas, deixando o Conselho Municipal de Cultura com este papel. Indagou também no que consiste o valor que será direcionado à operacionalização previsto no edital. Questionou quanto à legalidade de residência compartilhada do contemplado que também mora em Belo Horizonte. Lamentou não ter sido divulgado o teor de cada projeto para a população. Ainda, levando em consideração a previsão do edital, questionou se a contrapartida social é compulsória e se todos os projetos contemplados deverão prestá-la. Por fim, perguntou qual a porcentagem dessa contrapartida que diz respeito ao meio rural. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, respondeu que há recurso destinado à produção e à capacitação. Que esses valores podem ser repassados ao conhecimento do vereador. Que, parte do recurso, de cerca de 18 mil reais, foi destinado à consultoria. Que outros 30 mil reais serão utilizados em

Prof.
Hirany

Adriana de Paula



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

capacitação. Que, o sr. Carlos Caetano promoverá um curta em São João da Serra Negra, mostrando a realidade do local e entrevistando seus moradores. Que este senhor é patrocínense e reside na cidade. Que ele apresentou comprovante de que reside em Patrocínio "em primeiro grau". Que todos os projetos deverão comprovar contrapartida social. Que o proponente que comprovará o cumprimento desse quesito. Que os projetos são públicos e estão à disposição do vereador. O vereador Odirlei José de Magalhães disse que prefere que sejam disponibilizados no site para ficar à disposição de toda a população. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, disse que não tem autorização para isso, mas o vereador pode consulta-los na secretaria. Afirmou ainda que todos os membros do Conselho de Cultura são artistas e fazem parte do órgão para discutir assuntos que são de interesse e conhecimento deles. Que, para análise dos projetos, levaram em consideração também a relevância artística e cultural para a comunidade, e não podem proibir que projetos que foram contemplados pela Lei Paulo Gustavo não façam parte da Lei Aldir Blanc. Que o cronograma feito é para possibilitar que cada vez mais existam projetos importantes para o desenvolvimento cultural do Município. Que o primeiro edital publicado previu que parentes de servidores públicos até o terceiro grau não poderiam apresentar projetos. Que reviram isso por Patrocínio ser uma cidade pequena e todos terem um "pé na prefeitura". Que o edital foi retificando, alterando a proibição para parentes de até terceiro grau de membros do Conselho. O vereador Odirlei José de Magalhães lamentou a impossibilidade de não ser dada publicidade aos projetos. Disse que não compreende isso. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, ressaltou que apresentou o edital a todos os presidentes de conselhos rurais. Que, infelizmente, não foram apresentados muitos projetos pela população rural da cidade. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) lamentou que os cantores Washigton e Gustavo não foram contemplados com recursos da Lei Paulo Gustavo. Disse que pessoas com situação financeira melhor foram selecionados. Que outras cidades ouviram a população quanto a destinação dos recursos. Que a audiência pública nesse sentido não foi feita em Patrocínio. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, informou que, no início da sua fala, ressaltou que todo o processo começou com a Conferência Municipal de Cultura, quando todos os grupos culturais da cidade estavam presentes. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) perguntou qual o prazo entre a divulgação do edital e a apresentação de projetos. Indagou se os interessados tinham capacidade financeira para participar do

processo. A secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, disse que o edital ficou aberto por 20 dias e que o recurso utilizado na distribuição veio do Governo Federal. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) questionou em quais mídias o edital foi divulgado. A Secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, explicou que houve plena divulgação em site e páginas da secretaria de Cultura, além de emissoras de rádio. Que também foi divulgado em jornais e para presidentes dos Conselhos Rurais. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) indagou porque a escola de música Tom Maior recebeu recursos da Lei Aldir Blanc após seu fechamento. A Secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, informou que essa mesma pergunta foi respondida em outro momento da reunião, e que perguntas repetidas não serão respondidas, uma vez que é obrigação do vereador prestar atenção ao que é debatido na sessão. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) criticou o fato de membros de uma mesma família terem recebido recursos da Lei Paulo Gustavo. Pontuou que outras pessoas poderiam ter sido agraciadas. Que isso vai ser enviado ao Ministério Público. A Secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, pediu que a senhora Flávia Arvelos fizesse uso da palavra para responder à fala do vereador Ricardo Balila. A solicitação para que a senhora Flávia Arvelos fizesse uso da palavra foi votada e aprovado por unanimidade, com 14 (quatorze) votos favoráveis. A senhora Flávia Arvelos disse que sua família contribui com a cultura local há mais de 40 anos. Que sempre fizeram isso sem receber verba para tanto. Que, inclusive, tiravam dinheiro do próprio bolso para tanto. Que a verba não vai só para o proponente, mas há outras pessoas envolvidas na execução dos projetos. Que cada projeto é diferente do outro e envolve outras pessoas. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) citou a verba destinada a cada membro da família Arvelos. A Secretária de Cultura e Turismo, Eliane Nunes, pediu para que membros do Congado pudessem usar a palavra, o que foi votado e aprovado por unanimidade, com 14 (quatorze) votos favoráveis. O sr. Luís Ricardo, vice-presidente da Associação de Congado, disse que o presidente foi citado e que não são bandidos para entrar na Câmara armados. Que também não são fantoches para ter uma pessoa por trás coordenando suas atitudes. Que estão aqui para apoiar a melhor secretária de Cultura da história da cidade. Que a dupla Washigton e Gustavo não receberam recursos por residirem em Uberlândia. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) informou que sempre ajudou o Congado e nunca ouviu falar do senhor que acabara de usar a palavra. Que se sentiu ameaçado e é direito seu pedir apoio policial. Que algumas pessoas que estavam presentes na reunião tinham segundas intenções. O



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Balila

vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) pediu para que o Plenário vote para que a reunião da Câmara volte para o horário noturno. O presidente Leandro Máximo Caixeta informou que projeto nesse sentido foi apresentado e rejeitado neste ano. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) questionou se o Plenário não é soberano. O presidente Leandro Máximo Caixeta destacou que a fala de um cidadão não se compara com a propositura de um projeto de lei. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) disse que não vão conseguir o silenciar. Que agora terão que quebrar protocolo sempre. O vereador Carlos Alberto Silva (Carlão) informou que terá de se ausentar da reunião por estar com dores. O vereador Thiago Oliveira Malagoli mencionou que terá de se ausentar da reunião, uma vez que a sua duração se estendeu e tinha compromisso pré-agendado. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz também fez uso do Grande Expediente e disse que foi procurado por uma comunidade a respeito de uma construção de represa. Que realizou a denúncia junto ao Ministério Público do Meio Ambiente. Que não conhecia quem eram os donos da propriedade. Que se os vereadores visitarem o local não teriam coragem de beber a água de lá ou oferece-la a seus animais. Que foi orientado por um amigo, que é político, a retirar a denúncia. Que acolheu o conselho, mas o passou para a comunidade que decidiu continuar com a denúncia. Que continua com a comunidade. Que se a denúncia não tiver fundamento, o Ministério Público irá engaveta-la. Apresentou moção de aplausos ao humorista Diogo Almeida por defender os profissionais da Educação. Também apresentou moção de repúdio ao vereador Marcos Bandeira, da cidade de Pombal/PB, que citou, no dia anterior, em um discurso, que os professores brasileiros não fazem nada. Convidou a todos os vereadores para assinarem essas moções. **Foi devolvido ao autor, de acordo com parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, o Processo de Lei nº 712/2023** – Define que as secretarias municipais incentivem a compra de legumes, frutas e verduras de sítiantes, produtores locais e da agricultura familiar em Patrocínio (autor: Prof. Natanael Diniz). O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) mencionou que serão apresentados dois vetos do Poder Executivo. Que teme que o projeto que a vereadora Francisca (Chiquita) assinou também seja vetado. Que todos sabem porque ela pediu para assiná-lo. Que a vereadora mencionada não teve um projeto sequer sancionado pelo prefeito. Que ela sabe que o prefeito veta suas proposições. Que ela pediu para assinar como forma de perseguição ao povo. Que autorizou a assinatura da vereadora Francisca (Chiquita) para mostrar a realidade para a população. Que esses vetos fazem parte da política. Que o

Prof. Natanael Diniz

Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz

Prof. Natanael Diniz

presidente sempre interrompe suas falas. O presidente Leandro Máximo Caixeta informou que não corta a fala do vereador Ricardo Balila, e que foi este quem deixou a vereadora Francisca (Chiquita) assinar o projeto. Que não tem poderes para retirar essa assinatura. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) disse que as interrupções à sua fala são frequentes. **Foram apresentados, sem discussão, e encaminhados às Comissões permanentes para emissão de parecer, as seguintes proposições: Veto total a proposição de lei nº 453/2023 (PCL nº 673/2023) – Dispõe sobre a implantação do Jardim Sensorial no âmbito do município de Patrocínio e dá outras providências. (autor: Ver. Thiago Malagoli); Veto total a proposição de lei nº 452/2023 (PCL nº 690/2023) – Dispõe sobre a publicidade de informações relacionadas às emendas parlamentares que destinam recursos ao município de Patrocínio (autor: Ver. Thiago Malagoli); Processo de Lei nº 724/2023 – Institui campanha de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do Retinoblastoma, no âmbito do município de Patrocínio. (autor: Ver. Thiago Malagoli); Processo de Lei nº 725/2023 – Dispõe sobre a criação do cadastro único das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do município de Patrocínio, e dá outras providências. (autor: Ver. Thiago Malagoli); Processo de Lei nº 726/2023 – Institui o programa: Inteligência Emocional – Um Olhar à Saúde Mental, no âmbito da rede municipal de educação de Patrocínio. (autor: Ver. Thiago Malagoli); Processo de Lei nº 727/2023 (PL nº 42/2023) – Denomina de José Novaes o próprio público que especifica e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal). ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL. Processo de Lei nº 706/2023 – Dispõe sobre os direitos dos doadores de sangue no município de Patrocínio (autor: Ver. Paulinho Peúca). O autor apresentou emenda supressiva por escrito, de forma a melhorar a redação do projeto e alterar o artigo 5º. O presidente Leandro Máximo Caixeta solicitou a emissão de parecer verbal sobre a emenda aos membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação: vereador Prof. Natanael Oliveira Dinis (presidente); vereador José Roberto dos Santos – Salitre (relator) e vereador Florisvaldo José de Souza – Valtinho (membro). Todos opinaram pela tramitação. A emenda foi votada e aprovado por unanimidade, com 11 (onze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Raquel Aparecida Rezende Moraes -**

Odirlei

Adriana de Paula



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. Ausentes do Plenário os vereadores Carlos Alberto Silva (Carlão) - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Thiago Oliveira Malagoli. O projeto foi votado e aprovado por unanimidade, com 11 (onze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. Ausentes do Plenário os vereadores Carlos Alberto Silva (Carlão) - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Thiago Oliveira Malagoli. O vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca) agradeceu o apoio dos colegas. Realizou a leitura do projeto a fim de dar publicidade à população que acompanha a reunião. **Processo de Lei nº 711/2023** – Institui o desembarque dos usuários do transporte coletivo público em Patrocínio/MG, no período noturno, fora da parada regular, e dá outras providências. (autor: Ver. Ricardo Balila e Francisca Carneiro dos Santos - Chiquita). A emenda apresentada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação foi lida. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) se posicionou contra a emenda. Disse que é impossível especificar corretamente os pontos que oferecem riscos e os que não oferecem. Que esta emenda limitará o alcance do seu projeto. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz, presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, informou que a emenda ajuda a melhorar o projeto. Que o objetivo é regulamentar em que horários a previsão desse projeto será aplicada. A **prorrogação do horário da reunião por mais uma hora** foi votada e aprovada por unanimidade. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz questionou a necessidade da emenda e se ela não deixa em aberto para o Executivo decidir se aplicará a lei ou não. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) indagou porque a própria Comissão de Legislação, Justiça e Redação já não estipulou os horários e os dias que a lei será aplicada. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) questionou se continua sendo o autor do projeto após a apresentação da emenda, já que ela desfigura seu projeto. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz pontuou que esta emenda elimina o objetivo da proposição. Que então seria melhor deixar do jeito que está, cabendo ao bom senso do motorista decidir por parar ou não fora do ponto de ônibus. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz, presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, pediu que a emenda fosse retirada, o que foi acatado. O projeto foi votado e aprovado por

unanimidade, com 12 (doze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. Ausentes do Plenário os vereadores Carlos Alberto Silva (Carlão) - Thiago Oliveira Malagoli. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) pontuou que sua consciência está tranquila porque sua intenção, ao propor o projeto, era boa. Que perseguição política existe de todos os lados, inclusive por parte do prefeito. Que o povo sabe disso. **Processo de Lei nº 714/2023** – Estabelece a obrigatoriedade de disponibilizar no site da Prefeitura Municipal de Patrocínio a localização de todas as vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e idosos (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz). O projeto foi votado e aprovado por unanimidade, com 09 (nove) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. Ausentes do Plenário os vereadores Carlos Alberto Silva (Carlão) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Odirlei José de Magalhães - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Thiago Oliveira Malagoli. **Processo de Lei nº 719/2023** – Estabelece a obrigatoriedade que os motoristas de aplicativos, taxistas e motoristas de transporte coletivo de Patrocínio acionem socorro para passageiros e passageiras que estiverem em situação de emergência ou de vulnerabilidade. (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz). O projeto foi votado e aprovado por unanimidade, com 11 (onze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. Ausentes do Plenário os vereadores Carlos Alberto Silva (Carlão) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Thiago Oliveira Malagoli. **Processo de Lei nº 721/2023** – Cria a Semana da Família a ser realizada pela Secretaria Municipal de Educação em todas as escolas e centros de educação infantil municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Patrocínio. (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz). O projeto foi votado e aprovado por unanimidade, com 11 (onze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. Ausentes do Plenário os vereadores Carlos Alberto Silva (Carlão) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Thiago Oliveira Malagoli. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. Parecer da Comissão Especial pelo acolhimento e procedência das contrarrazões apresentadas pelo autor sobre o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação que opinou pela não tramitação do Processo de Lei nº 708/2023 (com apresentação de substitutivo)** – Dispõe sobre o direito de toda mulher a ter acompanhante, pessoa de sua escolha, nas consultas e exames, inclusive os ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados de saúde do município de Patrocínio. (autor: Ver. Ricardo Balila). O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) ressaltou a importância deste projeto. Disse que se sente satisfeito pelo entendimento da Comissão que analisou a proposição e quem ganha com isso é a população. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz mencionou que houve, nas contrarrazões, a apresentação de substitutivo que quase alterou integralmente o projeto inicial. Que o trabalho das comissões é sério. Que contam com assessoria jurídica da Casa. Que todos as reuniões de comissões são abertas. Que querem que todos os projetos sejam aprovados nas comissões, mas nem sempre é possível. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) mencionou que acredita que é perseguido nesta Casa. Que sua fala é cortada, que seu microfone apresenta defeitos e que seus projetos são rejeitados nas comissões. Que a secretaria de Cultura e Turismo pediu para que o presidente chamasse pessoas para falarem no Grande Expediente. Indagou se quem não foi lá foi quem não pegou os "cobres" e colocou no bolso. Disse que a secretaria de Cultura e Turismo responderá por isso para Jesus. Que ela não o intimida. Que o pai dos meninos Washigton e Gustavo já o mandou mensagem e solicitará que participe do Grande Expediente na reunião seguinte. Que agora vão procura-lo e oferecer dinheiro para que não venha. Que assim que funciona a política. Que a secretaria de Cultura e Turismo tenta lhe fazer de bobo. Questionou se pode continuar o discurso, uma vez que não há vereadores presentes. O presidente Leandro Máximo Caixeta informou que o vereador Ricardo Balila pode

continuar falando se for sobre o projeto, mas que se não for sobre esse assunto, deverá utilizar do Grande Expediente. O parecer foi votado e aprovado, com 09 (nove) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. Ausentes do Plenário os vereadores Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Natanael Oliveira Diniz - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Thiago Oliveira Malagoli. **MOÇÕES E INDICAÇÕES.** INDICAÇÕES: De autoria do vereador Prof. Natanael Diniz: nº **1811/2023** – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Educação, a criação de um Núcleo de Terapia Integrativa para os profissionais de Educação da Rede Municipal, em parcerias com organizações sociais, com a sociedade civil e com a iniciativa privada; nº **1812/2023** – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Educação, que encaminhe à Câmara Municipal mudanças na Lei Complementar nº 62/2009, a fim de que servidores que foram recentemente empossados nas vagas de cotas raciais possam também ter o mesmo tratamento na escolha de turmas; nº **1813/2023** – solicitando juntamente à SESTRAN, que faça junções administrativas e estabeleçam um novo local para que ocorram as aulas práticas de autoescola no Município; nº **1814/2023** – solicitando juntamente à SESTRAN, a construção de um redutor de velocidade no cruzamento entre as ruas Benedito Santos e Lívio Guarda, no bairro Enéas; De autoria do vereador Ricardo Balila: nº **1815/2023** – solicitando que os servidores municipais possam ter a opção de sacar o valor referente ao cartão vale-alimentação; nº **1816/2023** – solicitando o aumento do cartão vale-alimentação para R\$1.000,00 (mil reais) mensais; nº **1826/2023** – solicitando a inclusão de ração para animais PET nas cestas básicas doadas pelos CRAS do Município. De autoria do vereador Leandro Caixeta: nº **1817/2023** – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Obras, a ampliação da Gruta de Santos Reis, bem como a construção de cobertura ao seu redor, com banheiros, bebedouros e acessibilidade universal; nº **1818/2023** – solicitando juntamente à SESTRAN, a realização de pintura de sinalização horizontal em todo o bairro Morada Nova; nº **1824/2023** – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Esportes e ao Secretário Municipal de Obras, que disponibilizem um zelador para o Centro de Esportes “Gaspar Francisco Félix”, a fim de realizar a manutenção do gramado e a higienização dos vestiários; nº **1825/2023** – solicitando juntamente ao



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretário Municipal de Esportes e ao Secretário Municipal de Obras, a recomposição e a remarcação do gramado do campo de futebol do Centro de Esportes "Gaspar Francisco Félix", assim como a instalação de chuveiros e a reforma dos banheiros; De autoria do vereador Paulinho Peúca: nº 1819/2023 – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Educação, a desafetação do espaço lateral à Escola Líbia Lasse Lopes, agora municipalizada, a fim de que seja ampliada; nº 1820/2023 – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Obras, o recapeamento asfáltico da rua Alberto Silva; nº 1821/2023 – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Saúde, a realização de mutirão da saúde na comunidade de Boa Vista, assim como a criação de um programa de mutirões de saúde em toda zona rural do Município; nº 1822/2023 – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Obras e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a reforma do campo do Centro de Assistência Sócio Infantil – CASI – no bairro Santo Antônio, com a demarcação das linhas e a colocação das redes; nº 1823/2023 – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Educação, a construção de playground na Escola Líbia Lasse Lopes; MOÇÕES DE APLAUSOS: De autoria dos vereadores Prof. Natanael Diniz e Prof. Alexandre: nº 498/2023 – à Gabriella Luque, pelo 3º lugar no TCB, maior competição de crossfit do Brasil; De autoria do vereador José Roberto dos Santos- Salitre: nº 499/2023 – ao ciclista patrocinese Nicolas Machado, pela participação e conquista do 1º lugar no Campeonato Brasileiro de XCM 2023; De autoria dos vereadores Prof. Alexandre, Florisvaldo José de Souza (Valtinho), Leandro Caixeta, José Roberto dos Santos (Salitre), Prof. Natanael Diniz, Roberto Margari, Raquel Rezende, Odirlei Magalhães, Paulo Roberto (Panxita), Francisca Carneiro (Chiquita) e Paulo César (Peúca): nº 500/2023 – ao humorista Diogo Almeida, pela resposta dada ao vereador Marcos Bandeira da cidade de Pombal/PB, que acusou os professores brasileiros de não fazerem nada. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) pediu para que fosse apresentada e votada em Plenário, uma indicação de sua autoria, em que solicita a inclusão de ração para animais PET nas cestas básicas doadas pelos CRAS do Município. A solicitação do vereador Ricardo Balila foi votada e aprovada, com 08 (oito) votos favoráveis. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) solicitou a ajuda da Defesa Civil e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para as famílias que tiveram suas casas incendiadas em um prédio da cidade. Convocou que os vereadores, as autoridades políticas e a população ajudem a essas pessoas. O vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca) solicitou que a SESTRAN realize estudos a fim de

prevenir a ocorrência de novos acidentes na avenida Odir Aleixo, no bairro Enéas. Listou as indicações apresentadas nesta semana. O vereador Odirlei José de Magalhães informou que um membro do Conselho de Saúde da cidade está fazendo rifa para tentar fazer um exame, que é um procedimento anterior à instalação de marca-passo. Disse que ele corre risco de vida, e que o secretário de Saúde o informou que está apar da situação e tentando resolvê-la. Que há demora nesta resolução. Que o exame custa mais de 9 mil reais, e que, recentemente, um secretário do Município realizou procedimentos de saúde de mais de 40 mil reais às custas do CIS Paranaíba. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz citou as indicações que apresentou e deu destaque ao pedido que o prefeito dê tratamento igualitário a cotistas e não cotistas na escolha de turmas pelos aprovados no concurso público para o cargo de professor. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz solicitou que pudesse assinar a moção de aplausos nº 498/2023, o que foi atendido pelo vereador Prof. Natanael Diniz. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) justificou a ausência da vereadora Francisca (Chiquita), em razão de audiência as 15 horas no Fórum. Pediu que pudesse assinar a indicação de nº 1816/2023, de autoria do vereador Ricardo Balila. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) não autorizou a assinatura do vereador Paulo Roberto (Paxita). **Foram APROVADAS, em bloco e por unanimidade, com 10 (dez) votos, as INDICAÇÕES e as MOÇÕES DE APLAUSOS acima relacionadas.** Estavam presentes, na chamada final, os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Leandro Máximo Caixeta - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) disse que recebeu uma mensagem criticando o uso de boné por parte dele no Plenário. Que isso não diz nada relacionado ao seu caráter. O presidente Leandro Máximo Caixeta declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, da qual eu, Luís Felipe Nunes Oliveira, Ouvidor Legislativo da Câmara Municipal de Patrocínio e Secretário *ad hoc*, lavrei esta ata que, lida, julgada conforme e aprovada, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três.

Nunes Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Adriana Fátima de Paula Magalhães

Adriana Fátima de Paula Magalhães

Carlos Alberto Silva

Carlos Alberto Silva

Francisca Carneiro dos Santos

Leandro Máximo Caixeta

Odirlei José de Magalhães

Paulo Roberto dos Santos

Ricardo Antoni Rodrigues

Thiago Oliveira Malagoli

Alexandre Vitor Castro da Cruz

Alexandre Vitor Castro da Cruz

Florisvaldo José de Santos

José Roberto dos Santos

Natanael Oliveira Diniz

Paulo César de Lima Júnior

Raquel Aparecida Rezende Moraes

Roberto Margari de Souza